

## Capítulo 1

# O impacto económico potencial das diásporas

Joël Machado

(Luxembourg Institute of Socio-Economic Research)

Com cerca de cinco milhões de cidadãos portugueses no estrangeiro, Portugal faz parte dos países com a maior diáspora em relação à sua população.<sup>1</sup> Assim, compreender o potencial impacto que tal diáspora pode ter no país é de grande relevância. No presente capítulo, propõe-se uma breve panorâmica dos estudos académicos em economia que analisam o impacto das diásporas nos países de origem.<sup>2</sup>

Antes de se debruçar sobre o tema principal, este capítulo começa com algumas observações sobre o seu objetivo e a sua estrutura. Primeiro, embora o tema da emigração seja estudado em todas as ciências sociais, tais como a sociologia, a antropologia, a ciência política, etc., os artigos discutidos neste capítulo utilizam a economia como quadro de análise. Segundo, o capítulo centra-se principalmente no impacto da emigração e das diásporas nos países de origem e abstrai-se da literatura abundante sobre os efeitos nos países de destino (ver Edo *et al.*, 2018, para uma revisão recente) ou nos próprios emigrantes (ver Gibson *et al.*, 2018, 2021). A literatura económica que adota a perspectiva do país de origem é mais limitada do que a literatura que estuda os efeitos económicos da imigração através da perspectiva do país de destino. As razões para este foco são diversas e incluem a dificuldade de medir os fluxos de emigração, um maior interesse pelo fenómeno da imigração nos países que possuem fortes infraestruturas de investigação, como os Estados Unidos

- 
- 1 O autor agradece ao Observatório da Emigração a oportunidade de contribuir para este projeto de *e-book*. Nascido fora de Portugal como descendente de emigrantes, este é o seu primeiro escrito científico em português. Por conseguinte, o autor agradece os comentários e a revisão de Glória Barreira Machado, Martín Fernández-Sánchez e Carla Martins. Todos os restantes erros são da sua única responsabilidade.  
Contacto: joel.machado@liser.lu
  - 2 Rapoport (2019) e Bahar (2020) propõem revisões recentes que incidem mais nos aspetos técnicos da literatura. O apêndice descreve brevemente como os economistas tentam identificar o impacto da emigração.

e o Reino Unido, a concentração dos discursos públicos em questões ligadas à imigração e não à emigração, etc. Em terceiro lugar, a maioria dos resultados aqui citados não se basearão necessariamente (e de facto raramente) no caso português, porque a literatura económica internacional não o analisou em profundidade. No entanto, os meios através dos quais a diáspora afeta o país de origem, discutidos nessa literatura, podem ser muito relevantes para o caso de Portugal e podem, no mínimo, fornecer um ponto de partida para refletir com mais pormenores sobre os efeitos potenciais das diásporas para o país.

A secção seguinte começa por descrever alguns meios através dos quais os emigrantes podem ter um impacto no seu país de origem e, em particular, na sua economia. Depois, a secção segunda pormenoriza quatro meios específicos: as remessas, o investimento direto estrangeiro, o comércio e a transferência de conhecimentos. A secção terceira discute alguns tipos de remessas sociais e a quarta secção conclui com uma breve discussão sobre a necessidade e a importância de mais pesquisa na área da emigração.

### **As vantagens dos emigrantes**

Como ponto de partida, a fim de compreender como os emigrantes podem ter impacto no seu país de origem, é útil pensar como o fariam. O que diferencia um emigrante de um nativo que permanece no seu país de origem?

Por definição, os imigrantes vivem e trabalham num país e numa economia diferentes. Assim, é mais provável que sejam capazes de ultrapassar as barreiras de comunicação e linguagem típicas de dois indivíduos nativos de dois países diferentes. Além disso, têm uma maior probabilidade de possuir conhecimentos sobre o ambiente regulamentar em ambos, o país de origem e o país de destino. Devido à sua experiência num país estrangeiro e na sua sociedade, acumulam conhecimentos diferentes e são confrontados com normas e comportamentos sociais diferentes.

Para além dos emigrantes que vivem no seu país de destino (e que fazem parte da diáspora), três tipos de experiências de mobilidade podem beneficiar os países de origem uma vez que essas pessoas tenham regressado. Existem estudos dedicados a estes tipos de mobilidade que mereceriam certamente mais atenção. No entanto, a fim de manter o foco deste capítulo nas diásporas, são apenas mencionados brevemente.

- a) Os emigrantes regressados podem utilizar o seu capital financeiro e o seu saber acumulado para fomentar o seu próprio desenvolvimento e o desenvolvimento local no país de origem, após o seu regresso. Dustmann e Kirchkamp (2002), por exemplo, sublinham a prevalência da atividade empresarial entre os turcos que retornam da Alemanha.

- b) Alguns trabalhadores podem adquirir uma experiência de trabalho internacional, ao serem transferidos temporariamente para uma filial estrangeira da sua empresa ou para uma entidade parceira (Morales, 2019). Ao regressarem após esta experiência temporária, poderão trazer conhecimentos e bens semelhantes aos dos migrantes de regresso.
- c) Os estudantes internacionais que regressam depois de completarem os seus estudos no estrangeiro, com conhecimentos sobre práticas e/ou redes estrangeiras, podem contribuir para o desenvolvimento do seu país de origem, um aspeto pouco estudado por falta de dados suficientes (Chellaraj, 2019).

## **O impacto económico dos emigrantes no país de origem**

### *Remessas*

As remessas (ou seja, as transferências financeiras) que os emigrantes enviam para o país de origem são frequentemente o primeiro efeito que ocorre quando se pensa no impacto económico das diásporas. Estas remessas podem ser destinadas a uso pessoal ou para apoiar a rede social alargada do emigrante (a família, os amigos ou a comunidade local). O volume de remessas recebidas em Portugal através do sistema bancário excedeu 3,6 mil milhões de euros em 2020, representando cerca de 1,7% do PIB. Transferências adicionais podem chegar ao país através de canais não registados, tais como dinheiro em espécie transportado pelos próprios emigrantes ou por terceiros quando o visitam. Não temos conhecimento de estimativas relativas à importância destes canais alternativos para Portugal, mas Freund e Spatafora (2008) estimam que, para os países em desenvolvimento, estas transferências não oficiais representam um volume adicional que varia entre 35% e 75% das transferências oficiais.

As remessas não são apenas uma fonte de rendimento potencialmente importante para o agregado familiar recetor. Podem não só permitir aos destinatários expandir o consumo, como também fomentar investimentos em pequenas empresas, o acesso ao autoemprego e a promoção da educação das crianças nos agregados familiares recetores (ver Rapoport e Docquier, 2006, para uma discussão geral dos efeitos das remessas). Além disso, através da tributação do consumo e do investimento que permitem nos países recetores, as remessas também contribuem indiretamente para as finanças públicas.

Para além das remessas, os imigrantes podem ajudar a construir ligações e estabelecer redes entre os seus países de origem e de destino. Estas redes fornecem informações sobre oportunidades de negócios locais. Os imigrantes também contribuem para reduzir os custos de transação do comércio devido ao seu conhecimento dos mercados dos países de origem, das suas

línguas, dos seus costumes, das suas práticas comerciais e das suas leis. Podem assim, em particular, ajudar a ultrapassar barreiras não tarifárias e outras falhas de mercado que limitam o comércio e os fluxos de investimento entre países. Além disso, os imigrantes podem também promover o desenvolvimento da confiança empresarial, em particular nos países em desenvolvimento, onde as instituições são mais fracas e os contratos mais difíceis de fazer cumprir (ver Gould, 1994; Head e Ries, 1998; Rauch, 1999).

### *Comércio*

O papel dos imigrantes na redução dos custos das transações comerciais entre países é abordado numa extensa e crescente literatura.

As diásporas são mais valiosas na promoção do comércio de produtos diferenciados do que do comércio de produtos similares, onde os seus conhecimentos são menos relevantes (ver, por exemplo, Rauch e Trindade, 2002; Rauch e Casella, 2003). Os países com diásporas maiores tendem a ter um melhor desempenho em termos de exportações (Bahar, 2020). Também é mais provável que um país se torne um exportador competitivo de um determinado produto, que não exportava anteriormente, quando tem uma grande diáspora residente noutros países que exportam esse produto específico (Bahar e Rapoport, 2018). Parsons e Vézina (2018) utilizam o caso dos refugiados vietnamitas nos Estados Unidos para estudar o impacto das redes migratórias nas relações comerciais. Após os Estados Unidos terem levantado um embargo ao comércio com o Vietname em 1994, os estados que acolheram mais refugiados desenvolveram mais comércio com este país, sugerindo que, de facto, diásporas maiores são benéficas para as relações comerciais.

Alguns autores salientam também a importância de certos grupos específicos de imigrantes na promoção da produção e do comércio no país de origem. Por exemplo, Kerr (2008) mostra que o crescimento das comunidades científicas étnicas dos Estados Unidos aumenta a produção de indústrias relevantes no país de origem da diáspora através do reforço dos fluxos de conhecimento. Aleksynska e Peri (2014) constatam que a percentagem de imigrantes empregados em profissões relacionadas com a gestão das empresas tem um efeito importante no comércio, em particular em bens diferenciados. Além disso, os efeitos da rede empresarial parecem particularmente relevantes na promoção das exportações para países culturalmente diferentes, que têm línguas e sistemas legais diferentes.

Finalmente, é também relevante estudar o impacto da diáspora nos mercados de bens do país de origem. Por um lado, os imigrantes podem consumir mais ou menos dos bens nacionais quando residem no país de destino (dependendo do seu rendimento, dos seus gostos e da disponibilidade desses bens). Por outro lado, as diásporas expandem os mercados de bens nacionais no país de destino, tornando-os assim mais visíveis para os outros residentes

locais. As especialidades alimentares e serviços nacionais, tais como ligações aéreas diretas entre o país de origem e o país de destino, são exemplos concretos. Steingress (2018) constata que um aumento de 10% dos imigrantes recentes num estado dos Estados Unidos aumenta as importações do país de origem dos imigrantes em 1% e as exportações em 0,8%. A disponibilidade destes bens pode torná-los mais visíveis e acessíveis para os nativos, promovendo assim os bens e o país de origem no país de destino (por exemplo, para o turismo ou oportunidades de negócios).

### *Investimento direto estrangeiro*

As diásporas podem afetar os fluxos de investimento entre os países de origem e os países de destino (Bahar, 2020). Mayda *et al.* (2019) argumentam que as diásporas de refugiados nos Estados Unidos facilitam a abertura de filiais locais por empresas multinacionais nos seus países de origem. Mais concretamente, encontram que um aumento de 10% nos refugiados aumenta os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) para os países de origem em 0,54%, o número de projetos de IDE em 0,24% e os empregos associados na origem em 0,72%. Foley e Kerr (2013), centrando-se nos inventores migrantes, mostram que estas diásporas reduzem os custos de entrada nos mercados dos seus países de origem para as empresas multinacionais americanas. Além disso, o papel dos imigrantes é particularmente importante na presença de barreiras linguísticas entre os países de origem e de destino (Lücke e Stöhr, 2018). Finalmente, os imigrantes, em particular os imigrantes altamente qualificados, podem ter impacto nos empréstimos bancários internacionais. O seu papel é particularmente importante entre países culturalmente mais distantes, onde os problemas de informação são mais agudos, e para tipos de ativos mais arriscados e mais sensíveis à informação (Kugler, Levintal e Rapoport, 2018).

Outro aspeto interessante relativamente ao papel das diásporas relaciona-se com a persistência do seu possível impacto. Burchardi, Chaney e Hassan (2019) mostram que a duplicação do número de residentes nos Estados Unidos com ascendência de um determinado país estrangeiro aumenta a probabilidade de pelo menos uma empresa local se envolver em investimentos diretos estrangeiros com esse país em 4 pontos percentuais. Assim, a presença de diásporas pode implicar consequências duradouras nas relações económicas bilaterais entre os países de origem e de destino.

### *Conhecimentos*

Um terceiro tipo de fluxos bilaterais que podem ser afetados pelos emigrantes é a transmissão de conhecimentos. As transferências de conhecimento podem ocorrer através de diferentes meios. Os cientistas e engenheiros migrantes

podem manter contactos sociais com associações profissionais e instituições educativas nos seus países de origem e assim fomentar fluxos de conhecimento. A transmissão de conhecimentos científicos e técnicos pode ocorrer numa base amigável (e informal) ou contratual (Meyer e Brown-Luthango, 1999). As transferências por empresas multinacionais, devido quer à mobilidade interna quer à colaboração entre filiais em diferentes locais, podem melhorar a transmissão de conhecimentos. Finalmente, os migrantes de regresso podem contribuir diretamente para a economia dos seus países de origem com os conhecimentos adquiridos no estrangeiro. Podem também manter contacto com as suas fontes de conhecimento no país de destino anterior, reforçando as ligações entre os dois países.

No início, a emigração de trabalhadores altamente qualificados pode causar o receio de o país de origem perder as suas “melhores e mais brilhantes” mentes e sofrer uma fuga de cérebros (conhecida como *brain drain*, ver Bhagwati e Hamada, 1974). Este medo é, contudo, contestado por estudos empíricos (ver adiante). Os dados de patentes são uma das fontes privilegiadas da literatura económica para quantificar a produção de conhecimento. Em alguns casos, a emigração de inventores nacionais reduziu de facto a quantidade de inovação produzida no país de origem, ao mesmo tempo que reforçou a sua qualidade, medida pelo número de citações das patentes (Agrawal *et al.*, 2011). As ligações entre as comunidades de investigação parecem de facto manter-se após a emigração de alguns dos seus membros. Para ilustrar esse facto, Breschi, Lissoni e Miguelez (2017) constataam que as patentes depositadas por inventores estrangeiros sediados nos Estados Unidos são desproporcionadamente citadas por inventores residentes no seu país de origem. Os inventores migrantes estão também positivamente associados a uma extensão das colaborações tecnológicas internacionais entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Assim, Miguelez (2018) mostra que um aumento de 10% na diáspora inventora no estrangeiro está associado a um aumento de 2% nas colaborações internacionais em matéria de patentes.

Para além das diásporas existentes, o papel do regresso dos emigrantes nas indústrias em desenvolvimento nos países de origem tem recebido atenção recentemente. Bahar *et al.* (2018) mostram que, nas antigas nações jugoslavas, as indústrias exportavam tanto mais na década de 2000 quanto maior era o número de refugiados retornados ex-trabalhadores de indústrias análogas alemãs no início dos anos 90. Em contrapartida, o papel dos retornados no desenvolvimento da indústria indiana da alta tecnologia é discutido: enquanto Saxenian (2006) sublinha o papel da circulação do saber (a *brain circulation* em inglês) para o desenvolvimento do setor, a importância dos migrantes retornados é contestada por outros autores. Por exemplo, Agrawal *et al.* (2011) e Alnuaimi, Opsahl e George (2012) identificam apenas alguns inventores que trabalharam em filiais de empresas estrangeiras que depositaram patentes

aquando do regresso. Usando dados sobre os trabalhadores e as patentes de uma grande empresa tecnológica indiana, Choudhury (2016) argumenta que os empregados sob a alçada de gestores retornados registam significativamente mais patentes nos Estados Unidos. Finalmente, a experiência da migração pode também afetar as práticas comerciais dos retornados. Marchetta (2012) mostra que as atividades empresariais geridas por retornados egípcios apresentam uma probabilidade de sobrevivência substancialmente mais elevada (cerca de 35 pontos percentuais) do que as atividades geridas por empresários não migrantes.

### **Para além dos efeitos económicos diretos**

Tal como acima detalhado, as diásporas podem ter retornos económicos positivos para o país de origem. Uma vez reconhecidos estes efeitos potenciais, é também importante salientar o papel que as diásporas têm no reforço da emigração: de facto, uma literatura abundante discute a importância das redes de imigrantes para facilitar novas emigrações (ver, por exemplo, Beine, Docquier e Rapoport, 2001). Os emigrantes já presentes no país de destino podem facilitar a instalação de novos imigrantes fornecendo informações, ajudando na procura de emprego ou em aspetos práticos, como a habitação (Barsbai *et al.*, 2020). Os emigrantes organizam-se frequentemente em associações que constituem importantes pontos de contacto com o país de origem. Muitas destas associações de emigrantes são ativas em projetos humanitários e de investimento no país de origem. No entanto, a informação ligada às suas atividades é frequentemente descentralizada e, por conseguinte, os seus efeitos globais são difíceis de quantificar.

Além disso, a presença de importantes diásporas pode reforçar as relações diplomáticas entre os países de origem e de destino, promovendo assim interações e apoio bilateral entre países, em particular durante períodos de crise, como na pandemia da covid-19 (IOM, 2020). As delegações de médicos enviados para Portugal em fevereiro de 2021 por diferentes países que acolhem importantes diásporas portuguesas, tais como a França, a Alemanha e o Luxemburgo, entre outros, são apenas um exemplo recente.

#### *Remessas sociais*

Além dos efeitos económicos diretos acima descritos, os imigrantes podem afetar o comportamento e as normas sociais das suas comunidades de origem, e assim impactar o seu desenvolvimento a longo prazo.

Um primeiro aspeto que recebeu muita atenção na literatura é a ligação entre a emigração e a educação. As perspetivas de emigração podem aumentar os incentivos à educação na origem e implicar um “efeito de ganho de

cérebros” (conhecido por *brain gain* em inglês). O número de trabalhadores instruídos no país de origem pode neste caso ser maior do que num mundo sem emigração se um número suficiente deles acabar por não deixar o país (ver, por exemplo, Beine, Docquier e Rapoport, 2008, e Delogu, Docquier e Machado, 2018). Além disso, os emigrantes podem transmitir o valor e a importância da educação às suas comunidades de origem e ajudar a financiar escolas. Por exemplo, no início do século XX, os emigrantes galegos fundaram associações locais na América Latina com o objetivo principal de promover a construção de escolas nas suas localidades de origem. Mais de 300 novas escolas foram financiadas por estas associações na Galiza, entre 1910 e 1940 (Fernandez-Sanchez, 2021). Do mesmo modo, as associações de cidades de origem criadas por emigrantes malianos em França aumentaram a oferta de escolas, centros de saúde e, em menor medida, de serviços de água nas suas aldeias de origem, entre 1987 e 2009 (Chauvet *et al.*, 2015).

Há também provas de uma transferência significativa de normas de fertilidade dos países de destino dos migrantes para os países de origem: uma diminuição (ou um aumento) de 1% na norma de fertilidade a que os emigrantes estão expostos reduz (ou aumenta) a fertilidade do seu país de origem em cerca de 0,3% (Beine, Docquier e Schiff, 2013). Estudando o caso dos casais egípcios casados, Bertoli e Marchetta (2015) descobrem que os casais em que os maridos foram emigrantes noutra país árabe têm um número significativamente mais elevado de crianças do que os casais em que os maridos não foram migrantes.

Outras normas sociais, como a confiança, as prioridades na vida ou os valores transmitidos às crianças, também parecem ser transmitidos das diásporas aos países de origem (Rapoport, Sardoschau e Silve, 2020). Uma descoberta particularmente relevante no atual contexto pandémico é o papel das diásporas na partilha com as suas comunidades de origem de normas sanitárias protetoras. Por exemplo, Tian, Caballero e Kovak (2020) mostram que os migrantes mexicanos nos Estados Unidos transmitiram normas de distanciamento social às suas comunidades de origem no México durante a pandemia da covid-19.

### *Normas políticas e de governação*

Os emigrantes podem influenciar a governação política dos seus países de origem. A migração para países democráticos pode melhorar as instituições políticas no país de origem, quer através do contacto direto entre os emigrantes e as suas comunidades (Batista, Seither e Vicente, 2019), quer através da transferência de novas ideias e normas políticas, da migração de regresso ou circular, e das remessas (Docquier *et al.*, 2016). Pérez-Armendáriz e Crow (2010) mostram que, no México, as famílias com um emigrante nos Estados Unidos ou no Canadá são mais propensas a votar. Barsbai *et al.* (2017) destacam que a emigração

da Moldávia para a Europa Ocidental no final dos anos 90 e início dos anos 2000 aumentou a percentagem de votos para os partidos democráticos e reduziu a do Partido Comunista nas eleições nacionais moldavas de 2009 e 2010. Por outro lado, os autores não encontraram tal efeito nas comunidades com emigração para a Rússia e outros destinos da Europa de Leste.

A migração internacional pode ter um efeito positivo e significativo na emancipação política das mulheres nos países de origem, medido pela percentagem de mulheres eleitas nos parlamentos nacionais (Lodigiani e Salomone, 2020). Os emigrantes podem promover melhores instituições no país de origem, particularmente se viverem em países com melhor governação (Batista e Vicente, 2011). Utilizando o caso dos Balcãs Ocidentais, Ivlevs e King (2017) mostram que ter familiares no estrangeiro reduz a probabilidade de subornar funcionários públicos. As famílias com familiares no estrangeiro também consideram menos aceitável o comportamento de suborno por parte dos funcionários públicos. Finalmente, as diásporas podem ter um impacto nos conflitos e guerras no país de origem, quer promovendo a paz ou reforçando tensões (ver Mariani, Mercier e Verdier, 2018, e a literatura aí discutida).

## Conclusão

Este capítulo propõe uma visão geral dos efeitos potenciais que os emigrantes podem ter no seu país de origem. O seu foco está nos efeitos económicos discutidos na literatura económica, que incluem as remessas, o comércio, o investimento direto estrangeiro e as transferências de conhecimento. Também discute brevemente o papel das diásporas na transferência de normas sociais para o seu país de origem.

A literatura tem destacado os diversos efeitos das diásporas nos países de origem. No entanto, compreender o impacto da diáspora portuguesa no país requer certamente mais investigação. Em economia, esta investigação está condicionada pelo acesso aos dados que, apesar dos recentes avanços, continua a ser uma limitação importante na pesquisa relacionada com a migração em geral e a emigração em particular. Novas fontes de dados sobre os emigrantes devem ser criadas e tornadas acessíveis aos investigadores, assegurando simultaneamente os mais elevados padrões possíveis em matéria de proteção de dados. Um exemplo concreto seria disponibilizar o acesso aos registos anonimizados da população da rede de consulados portugueses. Dada a riqueza de informação demográfica que contém (como, por exemplo, o distrito de nascimento), estes dados poderiam permitir um estudo mais detalhado dos efeitos das diásporas nas suas localidades de origem em Portugal.

Os países com elevada emigração conceberam e implementaram diferentes políticas para alcançar os potenciais benefícios das diásporas. No caso

de Portugal, estas medidas incluem uma rede extensa de consulados, uma representação política dos emigrantes no parlamento português por quatro deputados, plataformas para apoiar as associações portuguesas no estrangeiro e para facilitar o investimento em Portugal, apoio ao regresso dos emigrantes, etc.. Os decisores políticos poderiam beneficiar de avaliações políticas mais sistemáticas e rigorosas destes diferentes programas, a fim de verificar o alcance das políticas, e se a afetação de recursos entre as diferentes iniciativas pode ser melhorada. A diáspora portuguesa, através da sua dimensão e diversidade em termos de destinos, é amplamente reconhecida como uma mais-valia pelo público em geral e pelas autoridades políticas. A investigação, se beneficiar de mais apoio e reconhecimento, pode ajudar a informar as autoridades sobre quais as políticas a implementar para tirar o maior partido desta diáspora.

### **Apêndice: como os economistas estudam o impacto da emigração**

Os economistas preocupam-se frequentemente com a identificação de efeitos causais, com o objetivo de poder isolar o impacto de um fator X num fator Y. Várias dificuldades importantes são recorrentes nesse tipo de análise empírica. Uma primeira dificuldade relaciona-se com fatores não observados que influenciam tanto a diáspora como o aspeto para o qual estamos interessados em medir o impacto da diáspora, como por exemplo o comércio. Se estes fatores não observados estiverem correlacionados com a diáspora, podemos imputar um efeito à diáspora que pode em parte ser devido ao fator não observado. Por exemplo, se o investigador omitir tomar em conta os laços coloniais, parte do efeito destes laços é erradamente captado pelas diásporas, porque estas tendem a ser mais elevadas em países que partilham laços coloniais passados. Outra dificuldade importante relaciona-se com a causalidade inversa: por exemplo, como podemos estar certos de que as diásporas fomentam o comércio em vez de serem as áreas com relações comerciais mais fortes com o país de origem que atraem os indivíduos devido ao seu melhor conhecimento dessas áreas ou às suas melhores condições económicas? Abordar estas preocupações não é uma tarefa fácil. Uma abordagem frequentemente vista como padrão de ouro em economia é confiar em cenários quase-experimentais, que se baseiam em circunstâncias ou choques exógenos (o que significa circunstâncias independentes da decisão do migrante) para enfrentar a questão da causalidade inversa. Estes cenários quase-experimentais são, no entanto, raros de encontrar. Num estudo recente, Parsons e Vézina (2018) utilizam o caso dos refugiados vietnamitas nos Estados Unidos para estudar o impacto das redes migratórias nas relações comerciais. Estes autores exploram o facto de 130.000 refugiados vietnamitas terem sido instalados quase arbitrariamente nos Estados Unidos em 1975, ou seja, os refugiados não puderam escolher a sua localização. Após

os Estados Unidos terem levantado um embargo ao comércio com o Vietname, em 1994, os estados que acolheram mais refugiados desenvolveram mais comércio com aquele país, sugerindo que, de facto, diásporas maiores são benéficas para as relações comerciais.

### Referências bibliográficas

- Agrawal, A., D. Kapur, J. McHale, e A. Oettl (2011), "Brain drain or brain bank? The impact of skilled emigration on poor-country innovation", *Journal of Urban Economics*, 69 (1), pp. 43-55.
- Alnuaimi, T., T. Opsahl, e G. George (2012), "Innovating in the periphery: the impact of local and foreign inventor mobility on the value of Indian patents", *Research Policy*, 41 (9), pp. 1534-1543.
- Aleksynska M., e G. Peri (2014), "Isolating the Network Effect of Immigrants on Trade", *The World Economy*, 37 (3), pp. 434-455.
- Bahar, D. (2020), "Diasporas and economic development: a review of the evidence and policy", *Comparative Economic Studies*, 62, pp. 200-214.
- Bahar, D., A. Hauptmann, C. Özgüzel, e H. Rapoport (2018), "Let their knowledge flow: the effect of returning refugees on export performance in the former Yugoslavia", *CESifo Working Paper Series*, 7371, CESifo.
- Bahar, D., e H. Rapoport (2018), "Migration, knowledge diffusion and the comparative advantage of nations", *Economic Journal*, 128 (612), pp. 273-305.
- Barsbai, T., H. Rapoport, A. Steinmayr, e C. Trebesch (2017), "The effect of labor migration on the diffusion of democracy: evidence from a former Soviet Republic", *American Economic Journal: Applied Economics*, 9 (3), pp. 36-69.
- Barsbai, T., V. Licuanan, A. Steinmayr, E. Tiongson, e D. Yang (2020), "Information and the acquisition of social network connections", *NBER Working Papers*, 27346, National Bureau of Economic Research.
- Batista, C., e P. C. Vicente (2011), "Do migrants improve governance at home? Evidence from a voting experiment", *The World Bank Economic Review*, 25 (1), pp. 77-104.
- Batista, C., J. Seither, e P. C. Vicente (2019), "Do migrant social networks shape political attitudes and behavior at home?", *World Development*, 117 (C), pp. 328-343.
- Beine, M., F. Docquier, e H. Rapoport (2001), "Brain drain and economic growth: theory and evidence", *Journal of Development Economics*, 64 (1), pp. 275-289.
- Beine, M., F. Docquier, e H. Rapoport (2008), "Brain drain and human capital formation in developing countries: winners and losers", *Economic Journal*, 118 (528), pp. 631-652.
- Beine, M., F. Docquier, e M. Schiff (2013), "International migration, transfer of norms and home country fertility", *Canadian Journal of Economics*, 46 (4), pp. 1406-1430.

- Bertoli, S., e F. Marchetta (2015), "Bringing it all back home: return migration and fertility choices", *World Development*, 65 (C), pp. 27-40.
- Bhagwati, J., e K. Hamada (1974), "The brain drain, international integration of markets for professionals and unemployment: a theoretical analysis", *Journal of Development Economics*, 1 (1), pp. 19-42.
- Burchardi, K. B., T. T. Chaney, e T. A. Hassan (2019), "Migrants, ancestors, and foreign investments", *Review of Economic Studies*, 86 (4), pp. 1448-1486.
- Breschi, S., F. Lissoni, e E. Miguelez (2017), "Foreign-origin inventors in the USA: testing for diaspora and brain gain effects", *Journal of Economic Geography*, 17 (5), pp. 1009-1038.
- Chauvet, L., F. Gubert, M. Mercier, e S. Mesplé-Somps (2015), "Migrants' home town associations and local development in Mali", *Scandinavian Journal of Economics*, 117 (2), pp. 686-722.
- Chellaraj, G. (2019), "The economics of international student and scholar mobility: directions for research", *Policy Research Working Paper Series*, 8848, The World Bank.
- Choudhury, P. (2016), "Return migration and geography of innovation in MNEs: a natural experiment of knowledge production by local workers reporting to return migrants", *Journal of Economic Geography*, 16 (3), pp. 585-610.
- Delogu, M., F. Docquier, e J. Machado (2018), "Globalizing labor and the world economy: the role of human capital", *Journal of Economic Growth*, 23 (2), pp. 223-258.
- Docquier, F., E. Lodigiani, H. Rapoport, e M. Schiff (2016), "Emigration and democracy", *Journal of Development Economics*, 120, pp. 209-223.
- Dustmann, C., e O. Kirchkamp (2002), "The optimal migration duration and activity choice after re-migration", *Journal of Development Economics*, 67 (2), pp. 351-372.
- Edo, A., L. Ragot, H. Rapoport, S. Sardoschau, e A. Steinmayr (2018), "The effects of immigration in developed countries: insights from recent economic research", *CEPII Policy Brief*, 2018-22, CEPII research center.
- Fernandez-Sanchez, M. (2021), *Mass Emigration and Human Capital over a Century. Evidence from the Galician Diaspora*, manuscrito policopiado.
- Foley, C. F., e W. R. Kerr (2013), "Ethnic innovation and U.S. multinational firm activity", *Management Science*, 59 (7), pp. 1529-1544.
- Freund, C., e N. Spatafora (2008), "Remittances, transaction costs, and informality", *Journal of Development Economics*, 86 (2), pp. 356-366.
- Gibson, J., D. McKenzie, H. Rohorua, e S. Stillman (2018), "The long-term impacts of international migration: evidence from a lottery", *World Bank Economic Review*, 32 (1), pp. 127-147.
- Gibson, J., D. McKenzie, H. Rohorua, e S. Stillman (2019), "The long-term impact of international migration on economic decision-making: evidence from a migration lottery and lab-in-the-field experiments", *Journal of Development Economics*, 142, pp. 99-115.

- Gould, D. M. (1994), "Immigrant links to the home country: empirical implications for U.S. bilateral trade flows", *The Review of Economics and Statistics*, 76 (2), pp. 302-316.
- Head, K., e J. Ries (1998), "Immigration and trade creation: econometric evidence from Canada", *Canadian Journal of Economics*, 31 (1), pp. 47-62.
- IOM, International Organization for Migration (2020), "Global Diasporas Reacting to the Covid-19 Crisis. Best Practices from the Field", Genebra, International Organization for Migration.
- Ivlevs, A., e R. M. King (2017), "Does emigration reduce corruption?", *Public Choice*, 171 (3), pp. 389-408.
- Kerr, W. R. (2008), "Ethnic scientific communities and international technology diffusion", *The Review of Economics and Statistics*, 90 (3), pp. 518-537.
- Kugler, M., O. Levintal, e H. Rapoport (2018), "Migration and cross-border financial flows", *World Bank Economic Review*, 32 (1), pp. 148-162.
- Lodigiani, E., e S. Salomone (2020), "Migration-induced transfers of norms: the case of female political empowerment", *JODE: Journal of Demographic Economics*, 86 (4), pp. 435-477.
- Lücke, M., e T. Stöhr (2018), "Heterogeneous immigrants, exports and foreign direct investment: the role of language skills", *The World Economy*, 41 (6), pp. 1529-1548.
- Marchetta, F. (2012), "Return migration and the survival of entrepreneurial activities in Egypt", *World Development*, Elsevier, 40 (10), pp. 1999-2013.
- Mariani, F., M. Mercier, e T. Verdier (2018), "Diasporas and conflict", *Journal of Economic Geography*, 18 (4), pp. 761-793.
- Mayda, A., C. Parsons, H. Pham, e P. Vezina (2019), "Refugees and foreign direct investment: quasi-experimental evidence from US Resettlements", *CEPR Discussion Paper*, 14242.
- Meyer, J.-B., e M. Brown-Luthango (1999), "Scientific diasporas: a new approach to the brain drain", *Management of Social Transformations (MOST) Program, Discussion Paper Series*, N.º 41.
- Migueluez, E. (2018), "Inventor diasporas and the internationalization of technology", *World Bank Economic Review*, World Bank Group, 32 (1), pp. 41-63.
- Morales, N. (2019), "High-skill migration, multinational companies, and the location of economic activity", *Working Paper*, 19-20, Federal Reserve Bank of Richmond.
- Parsons, C., e P. Vézina (2018), "Migrant networks and trade: the Vietnamese boat people as a natural experiment", *Economic Journal*, 128 (612), pp. 210-234.
- Pérez-Armendáriz, C., e D. Crow (2010), "Do migrants remit democracy? International migration, political beliefs, and behavior in Mexico", *Comparative Political Studies*, 43 (1), pp. 119-148.
- Rapoport, H. (2019), "Diaspora externalities", *IZA Journal of Development and Migration*, 10 (2), pp. 43-55.
- Rapoport, H., e F. Docquier (2006), "The economics of migrants' remittances", em S. Kolm e Jean Mercier Ythier (orgs.), *Handbook of the Economics of Giving*,

- Altruism and Reciprocity*, Amesterdão, Elsevier, 1.ª edição, volume 1, pp. 1135-1198.
- Rapoport, H., S. Sadoschau, e A. Silve (2020), "Migration and cultural change", *CESifo Working Paper Series*, 8547, CESifo.
- Rauch, J. E. (1999), "Networks versus markets in international trade", *Journal of International Economics*, 48 (1), pp. 7-35.
- Rauch, J. E., e A. Casella (2003), "Overcoming informational barriers to international resource allocation: prices and ties", *Economic Journal*, 113 (484), pp. 21-42.
- Rauch, J. E., e V. Trindade (2002), "Ethnic Chinese networks in international trade", *The Review of Economics and Statistics*, 84 (1), pp. 116-130.
- Saxenian, A., (2006), *The New Argonauts: Regional Advantage in a Global Economy*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Steingress, W. (2018), "The causal impact of migration on US trade: evidence from political refugees", *Canadian Journal of Economics*, 51 (4), pp. 1312-1338.
- Tian, Y., M. E. Caballero, e B. K. Kovak (2020), "Social learning along international migrant networks", *NBER Working Papers*, 27679, National Bureau of Economic Research.

## Capítulo 2

# Indicadores sobre o contributo económico potencial da emigração

*Inês Vidigal*

*(Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa)*

O debate em torno do número de emigrantes portugueses no mundo parece estar sanado. Uma série de fontes estatísticas oferecem-nos, hoje, informações mais ou menos aproximadas sobre o número a que nos podemos referir. Contudo, o mesmo não acontece quando queremos contabilizar a diáspora portuguesa. Não há qualquer fonte estatística oficial que arrisque estimar, sequer, um número para quantificar esta população, talvez porque o próprio conceito de diáspora está em constante evolução e tem diferentes significados para diferentes atores (políticos, académicos, ou próprias comunidades).

Diversas são as tentativas de definir diáspora. Entre elas encontram-se a de Cohen (1997), que define diáspora combinando o ponto de vista territorial com uma categorização, dividindo-a em distintos tipos: diásporas laborais, de que são exemplo os indianos no estrangeiro, diásporas provenientes dos antigos impérios, por exemplo, a britânica, diásporas mercantis ou económicas, como a chinesa e libanesa, e a diáspora cultural, de que o grande exemplo é o caso das Caraíbas. Nicholas van Hear (1998) sugere três critérios mínimos para a definição de diáspora: a presença no estrangeiro é duradoura, embora o exílio não seja necessariamente permanente podendo incluir movimentos entre o país de origem e o país de acolhimento; a persistência da presença no estrangeiro, embora o exílio não seja necessariamente permanente, uma vez que os movimentos entre o país de origem e o país de acolhimento podem desenvolver-se; e algum tipo de intercâmbio — social, económico, político ou cultural — entre as populações espacialmente separadas que compõem a diáspora. Brubaker (2005) sugere uma abordagem diferente, em que a diáspora é tratada como uma língua, uma posição e uma reivindicação e não como uma entidade limitada:

As idiom, stance, and claim, diaspora is a way of formulating the identities and loyalties of a population. Those who do the formulating may themselves be part

of the population in question; or they may be speaking in the name of the putative homeland state. In either case, though, not all those who are claimed as members of putative diasporas themselves adopt a diasporic stance.

Já Gamlen (Vidigal, 2021) defende que, em última instância, aqueles que são membros de uma diáspora ou que se consideram membros de uma devem ter uma palavra a dizer sobre a definição da mesma.

Perante definições tão distintas e um conceito em permanente evolução, torna-se difícil medir possíveis contributos económicos potenciais destas comunidades. Assim, e dada a fraca informação estatística disponível, este capítulo centra-se apenas na tentativa de perceber o papel que a emigração portuguesa poderá ter na economia do país de origem, analisando, para tal, a evolução de quatro indicadores: remessas dos emigrantes, empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses, depósitos de emigrantes em bancos portugueses e a taxa de depósitos de emigrantes.

### **Breve caracterização da emigração portuguesa recente**

Segundo as últimas estimativas das Nações Unidas, em 2019 havia 2,631,559 emigrantes nascidos em Portugal, o que representava um aumento de 7% em relação a 2015. Desde 1990 que a maioria dos emigrantes portugueses residem no continente europeu, seguindo-se o continente americano, o africano, o asiático e, por fim, a Oceânia. Em 2019, esta distribuição mantém-se, com 57% dos emigrantes a viverem na Europa e 40% no continente americano.

Quanto à distribuição por sexo, ainda segundo as estimativas das Nações Unidas, de 1990 a 2010 o *stock* de emigrantes foi maioritariamente masculino, sempre superior a 51% do total. Porém, nos últimos dois anos com dados disponíveis, 2015 e 2019, verifica-se uma alteração neste padrão: 50.8% dos emigrantes portugueses são do sexo feminino.

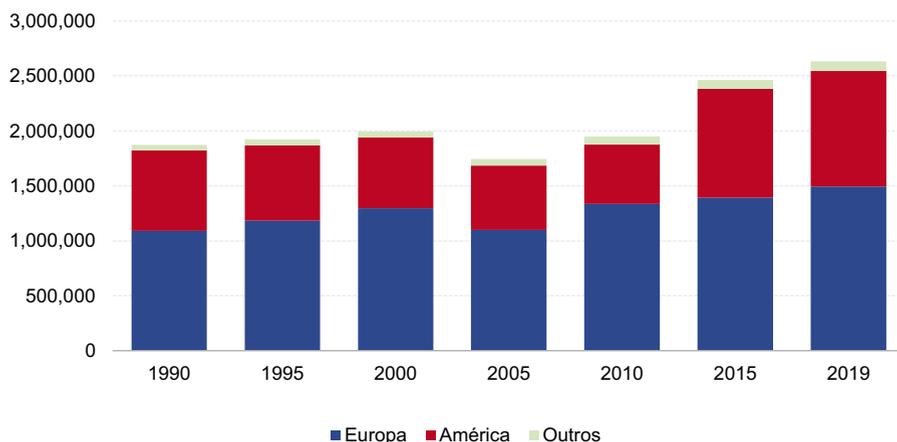
De acordo com a análise realizada por Pires *et al.* (2015) dos dados disponíveis para o conjunto dos países da OCDE, relativos aos censos de 2000/01 e 2010/11, verificava-se que a população emigrada continuava a ser predominantemente constituída por indivíduos em idade ativa, existindo, no entanto, uma tendência para o envelhecimento da população portuguesa emigrada, sobretudo em países do continente americano. Este envelhecimento justificava-se essencialmente por o crescimento da emigração ser insuficiente para compensar a redução verificada entre 1974 e finais do século XX.

Centrando-nos nas qualificações da população portuguesa emigrada, esta continuava a ser maioritariamente composta por ativos pouco qualificados. A par do predomínio de uma população ativa com baixas e muito baixas

qualificações, observava-se também um crescimento significativo da proporção dos mais qualificados: a percentagem de portugueses emigrados com formação superior a residir nos países da OCDE passou, entre 2001 e 2011, de 6% para 11%, o que acompanhou o aumento do número de população portuguesa a residir no país com formação superior. Existem, no entanto, diferenças significativas entre as populações de portugueses emigrados nos diferentes países de destino, sobretudo entre destinos de nova e velha emigração. Em países como o Reino Unido e a Noruega, considerados de nova emigração, residiam, em 2010/11, 38% e 40%, respetivamente, de emigrantes portugueses com o ensino superior. Já em países considerados de velha emigração, como França e Canadá, mais de metade dos emigrantes portugueses residentes tinham muito baixas qualificações: em 2010, 70% em França e 53% no Canadá, tinham, no máximo, o ensino básico.

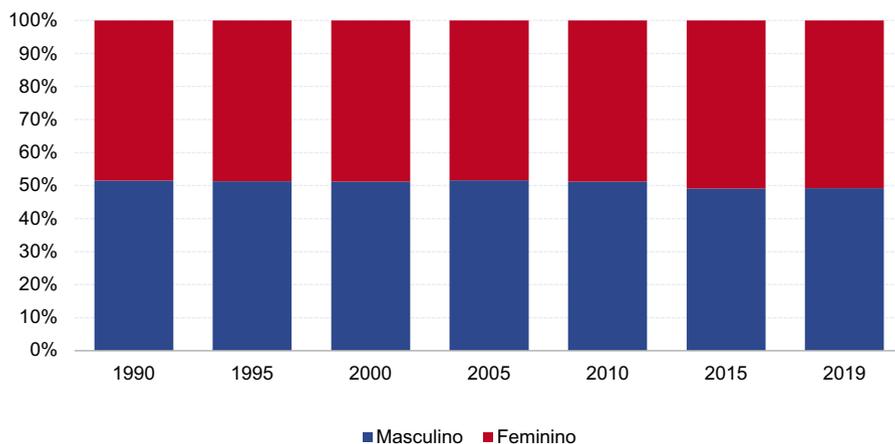
No que se refere às profissões, em 2010/11, no conjunto dos países da OCDE eram sobretudo nas menos qualificadas que os emigrantes portugueses mais estavam representados. O grupo “operários, artífices e trabalhadores similares” representava 25% da população emigrada, ao qual se seguia, com 24%, os “trabalhadores não qualificados” e 14% trabalhavam nos setores dos serviços e vendas. Apenas 5% ocupavam cargos de chefia e direção e outros 5% eram especialistas das atividades intelectuais e científicas.

Em termos de fluxos, segundo os dados do Observatório da Emigração, em 2019 a emigração portuguesa dava indícios de tender a estabilizar, depois de ter decrescido cinco anos consecutivos, na sequência da superação da crise de 2010-13. A evolução do fluxo da emigração portuguesa nos anos 2000 explica-se sobretudo pelas mudanças na situação económica de Portugal (Pires *et al.*, 2020). Ao longo deste século facilmente se correlaciona a evolução da emigração portuguesa com os aumentos da taxa de desemprego e, conseqüentemente, com a diminuição da taxa de emprego. Verifica-se assim, que a descida observada depois do pico de emigração em 2013 esteve correlacionada com a retoma da economia portuguesa, sobretudo no plano da criação de emprego, mas também com a redução da atração de países de destino como o Reino Unido, devido ao efeito Brexit, e Angola, devido à crise económica desencadeada com a desvalorização dos preços do petróleo (Pires *et al.*, 2020).



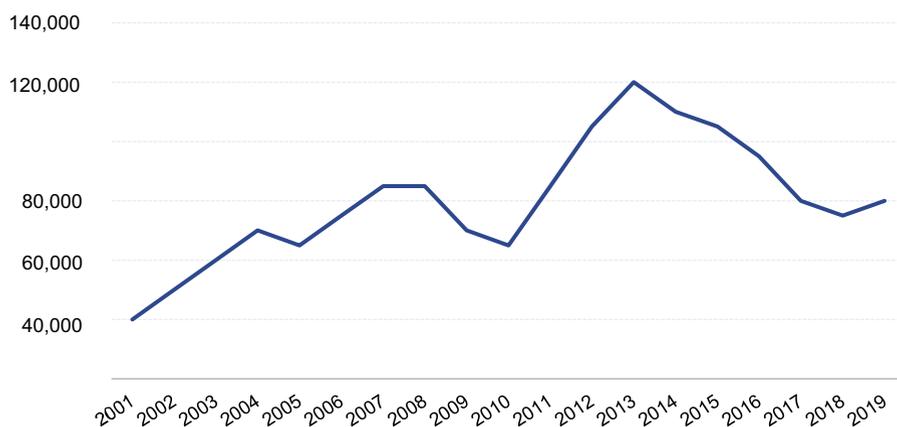
**Gráfico 2.1** Estimativa do número total de emigrantes portugueses (*stock*): nascidos em Portugal a residir no estrangeiro, por continente, 1990-2019

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019).



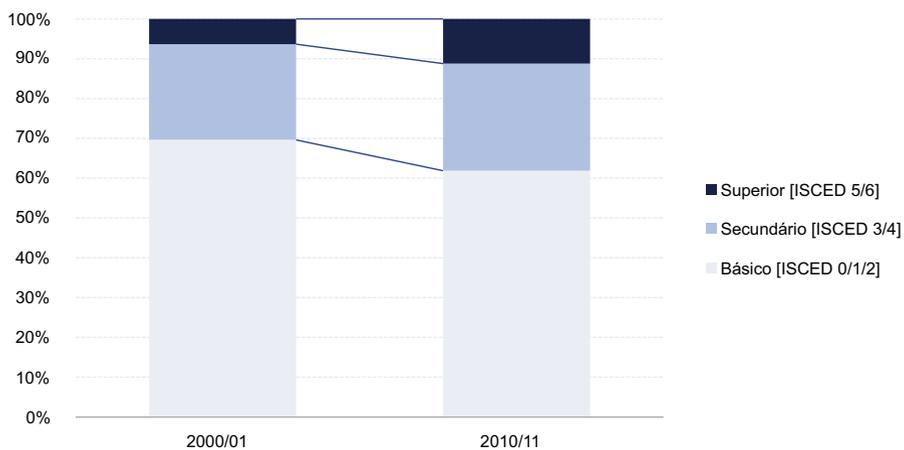
**Gráfico 2.2** Estimativa do número total de emigrantes portugueses (*stock*): nascidos em Portugal a residir no estrangeiro, por sexo, 1990-2019

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019).



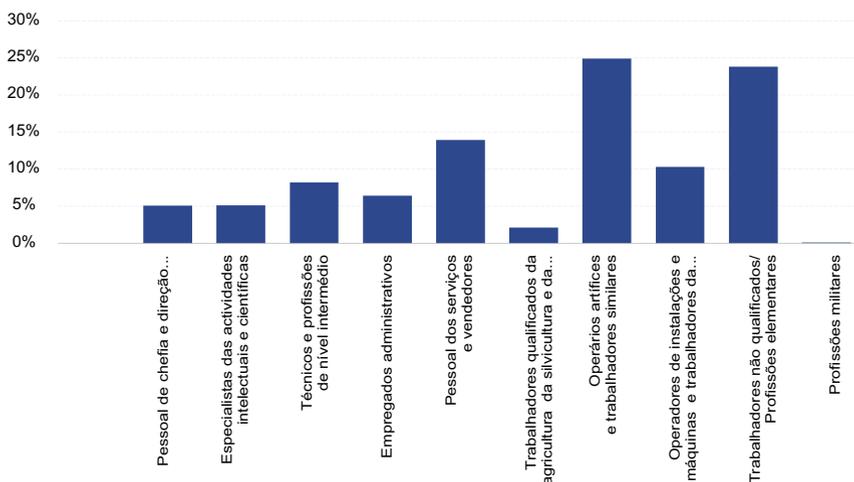
**Gráfico 2.3** Estimativa das saídas totais de emigrantes portugueses, 2001-2019

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração com base nos dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.



**Gráfico 2.4** Nascidos em Portugal residentes em países da OCDE, 15 e mais anos, por grau de instrução, 2000/01 e 2010/11

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores da OCDE, Database on Immigrants in OECD Countries, DIOC-2000/01 e DIOC-2010/11 (Rev 3).



**Gráfico 2.5** Nascidos em Portugal residentes em países da OCDE, 15 e mais anos, por profissões, 2010/11

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração com base nos dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

## O contributo económico potencial da emigração: indicadores estatísticos

### *Remessas dos emigrantes*

O valor das remessas recebidas em Portugal em 2020 foi superior a três mil milhões de euros ( 3,612,860,000), o que correspondeu a cerca de 1.8% do PIB daquele ano. Este valor representa um decréscimo de -1.4% em relação ao ano anterior, depois de dez anos consecutivos de crescimento das remessas.<sup>1</sup> Apesar do decréscimo, este é o terceiro valor mais alto da série em análise (1996-2020) — só se registaram valores superiores em 2001 e 2019, com 3,736,820,000 e 3,662,130,000, respetivamente — e é um decréscimo bastante inferior ao registado a nível mundial: -7.4%, segundo dados estimados pelo Banco Mundial.

Podemos identificar quatro fases na evolução das remessas portuguesas. Na primeira, entre 1996 e a entrada em vigor do euro, em 2002, observou-se um crescimento constante e acentuado do valor das remessas: mais

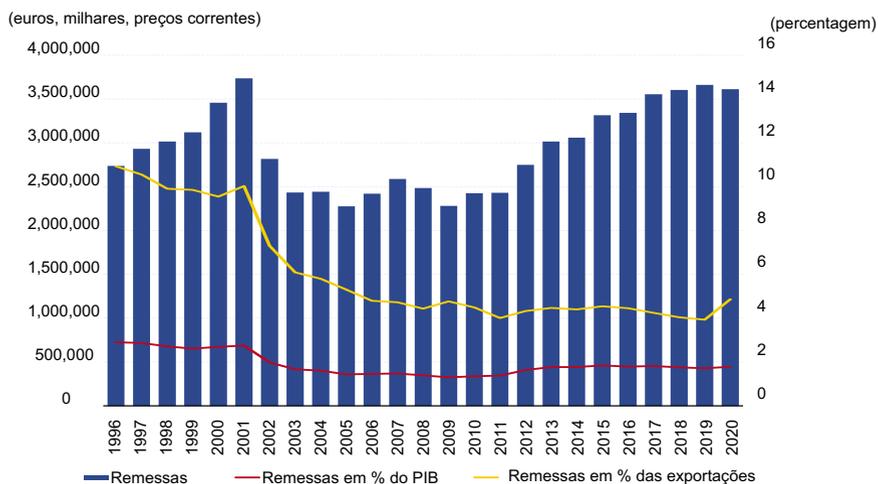
<sup>1</sup> Este subponto é adaptado da publicação Vidigal, Inês (2021), “Remessas 2020”, *OEm Fact Sheets*, 12, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMFS122021.

37% naqueles seis anos, em termos nominais. Na segunda, de 2002 a 2004, o valor das remessas desceu, continuando uma tendência que vinha detrás, mas que poderá ter sido ampliada por alteração dos critérios de registo das transferências financeiras no interior da nova zona euro. Na terceira, entre 2004 e 2011, o valor das remessas mantém-se estável, num patamar ligeiramente ondulado. Na quarta, que se iniciou em 2012, e se prolonga até 2019, regista-se uma subida anual de forma progressiva: mais 33% neste período. Ainda é cedo para avaliar se 2020 se traduzirá no começo de uma nova fase ou se é um ano de exceção. Tudo dependerá da evolução da pandemia de Covid-19.

Quando medidas em percentagem do PIB, as remessas têm um peso económico sempre decrescente desde 1996. Contudo, em 2006 e 2007, esse peso subiu ligeiramente, tal como nos últimos anos, a partir de 2012, para valores já próximos dos 2% do PIB. Encontra-se, porém, ainda longe dos valores observados no início do século (perto de 3% do PIB), e a uma distância ainda maior do pico da série pós-25 de Abril: quase 10% do PIB em 1979.

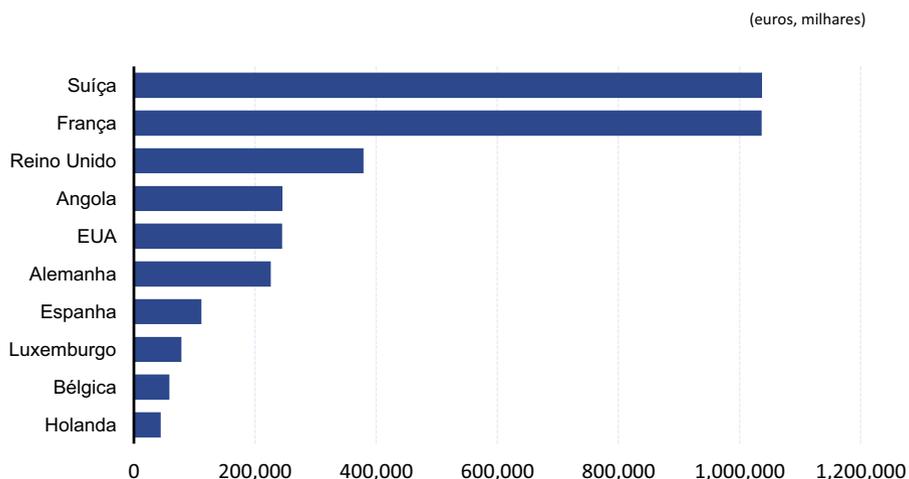
O peso económico das remessas aumenta quando medido em percentagem das exportações. Porém, também se regista um decréscimo dos valores entre 1996 e 2018. Verifica-se que, se em 2002, já na era do euro, as remessas correspondiam a cerca de 7% das exportações, essa percentagem foi decrescendo até estabilizar, a partir de 2005, entre os 4% e os 5%. Depois de, em 2019, o peso económico das remessas em percentagem do PIB e das exportações ter decrescido, verifica-se, em 2020, um crescimento. Esta inversão explica-se, essencialmente, por as remessas terem registado um decréscimo inferior aos do PIB e ao das exportações, em consequência da crise económica associada à pandemia.

Comparando os saldos dos valores recebidos por Portugal através das remessas e das transferências da União Europeia, isto é, a diferença entre o que Portugal recebe e envia, entre 1996 e 2001, verifica-se que o valor das remessas é superior ao das transferências vindas da UE, bem como entre 2015 e 2020. Já entre 2002 e 2014 regista-se o oposto: o valor do saldo das transferências é superior ao das remessas. Em consequência, a importância económica dos saldos das remessas e das transferências da UE em percentagem do PIB variam no mesmo sentido. É em 2001 que se observa o maior valor de remessas da série em análise. No entanto, em 2012, o valor do saldo das transferências da União é o mais elevado em termos absolutos ( 3,892,440,000). Enquanto se observou, desde 2012, um aumento progressivo do valor das remessas em Portugal, relativamente às transferências das UE verificou-se o contrário, havendo um decréscimo continuado até 2018, tendo em 2016 o valor destas ficado, pela primeira vez, abaixo de dois milhões. Em 2019 e 2020, o valor das transferências voltou a aumentar, enquanto em 2020 se verificou um decréscimo no saldo das remessas. Em 2020, o valor das remessas em relação ao das transferências foi superior em mais de 17%, sendo que, em termos



**Gráfico 2.6** Comparação entre a evolução das remessas recebidas em Portugal e a evolução do PIB e das exportações, 1996-2020

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal (remessas) e do Instituto Nacional de Estatística (PIB e exportações).



**Gráfico 2.7** Remessas recebidas em Portugal, principais países de origem das transferências, 2020

**Nota:** As remessas oriundas destes dez países representam 96% do valor total das remessas recebidas em Portugal.

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal

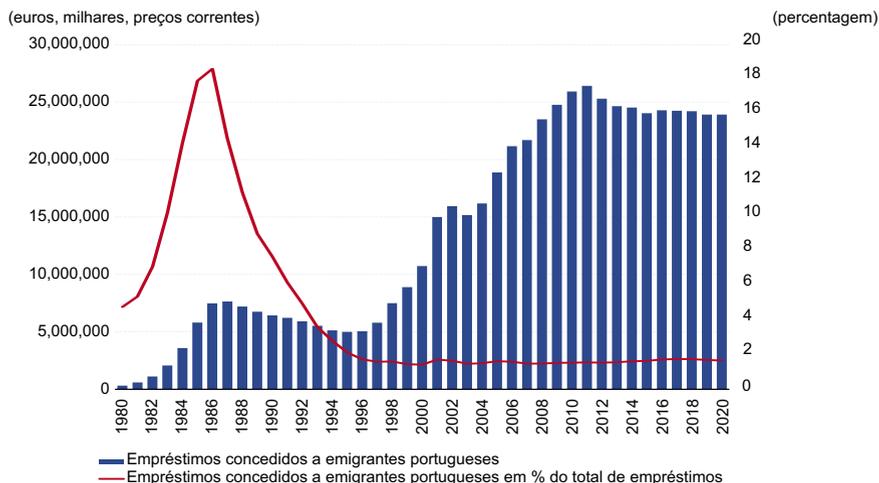
de percentagem do PIB, as remessas continuavam a valer mais, embora a margem fosse menor (1.5% e 1.3%, respetivamente). Porém, estamos ainda longe dos valores observados no início do século, quando tanto as remessas como as transferências representavam cerca de 3% do PIB.

Os dois países onde residem mais portugueses, Suíça e França, foram também os países de origem de mais de metade das remessas recebidas em Portugal em 2020, enviando cada um mais de 28% do total. Contudo, pela primeira vez desde a série em análise (2001-2020), a Suíça ultrapassou a França, tornando-se, em termos nominais, a principal origem das remessas dos emigrantes portugueses ( 1,037,020, em relação a 1,036,570 registadas para França). O terceiro país foi o Reino Unido, de onde provieram 11% das remessas recebidas, indicador que vem reforçar o reconhecimento da importância que este país adquiriu como principal destino da emigração portuguesa no período pós-crise económica.

#### *Empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses*

O valor dos empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses em 2020 atingiu quase os 24 mil milhões de euros ( 23,913,700,000), o que correspondeu a cerca de 1.7% do valor total de empréstimos concedidos por bancos portugueses naquele ano. Este foi também o primeiro ano em que não se registou um decréscimo, depois de três anos consecutivos de descida.

É possível distinguir quatro fases na evolução dos empréstimos concedidos a emigrantes portugueses. Entre 1980 e 1987, observaram-se crescimentos anuais constantes e acentuados, registando-se nesta fase as maiores taxas de crescimento dos empréstimos: +87.3% em 1981, maior crescimento anual da série. De 1988 a 1995, registou-se uma tendência decrescente no valor dos empréstimos concedidos aos emigrantes. No entanto, este decréscimo não foi acompanhado pelo total dos empréstimos concedidos por bancos portugueses, que continuou a crescer. Entre 1996 e 2011, ano em que se atinge o pico da série ( 26,409,400,000), verifica-se um crescimento sustentado, apenas se registando um decréscimo de 5% em 2003. A partir de 2012, e até 2019, a tendência inverte-se e observa-se um novo período de decréscimo dos empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses, registando-se apenas uma exceção em 2016, quando se verificou um aumento de 1%. Nesta última fase, de decréscimo dos empréstimos concedidos a emigrantes, regista-se também uma diminuição no total dos empréstimos concedidos por bancos portugueses entre 2012 e 2017, sendo este o único período de decréscimo do total de empréstimos em toda a série. Ainda de destacar que durante este período, entre 2013 e 2017, a descida é mais acentuada no total dos empréstimos do que no concedido a emigrantes. Sendo 2020 um ano de exceção, por motivos já identificados, e não se tendo registado nem um aumento nem um decréscimo dos empréstimos concedidos em relação a 2019, teremos que aguardar para ver



**Gráfico 2.5** Evolução dos empréstimos concedidos a emigrantes portugueses, 1980-2020

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal.

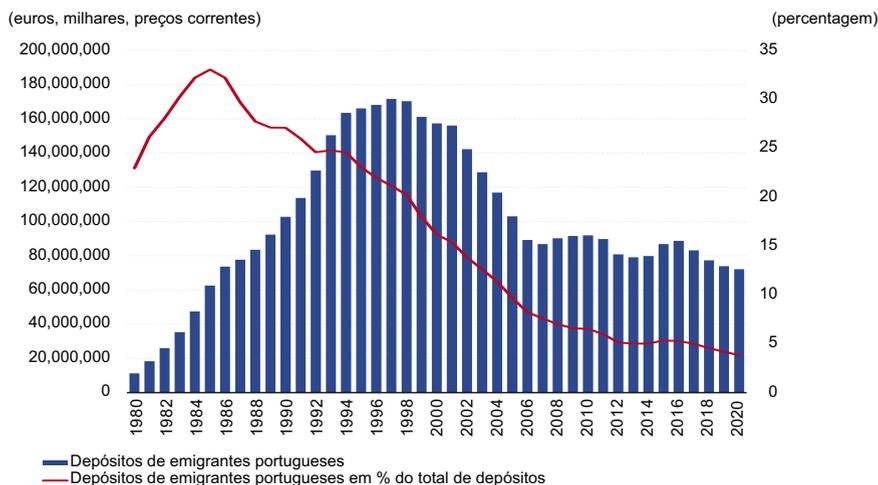
se a tendência de decréscimo se manterá ou se irá ser iniciada uma nova fase.

Quando medidos em percentagem do total de empréstimos concedidos por bancos portugueses, o peso dos empréstimos concedidos a emigrantes portugueses tem vindo a diminuir. Contudo, parece existir desde 1996 uma tendência para a estabilização, com os empréstimos concedidos a emigrantes a oscilar entre os 1.4% e os 1.8%. Encontra-se, porém, ainda longe dos valores observados no início dos anos 90 (cerca 8%), e a uma distância ainda maior do pico: quase 19% do PIB em 1986.

### *Depósitos de emigrantes em bancos portugueses*

Em 2020, o valor dos depósitos de emigrantes em bancos portugueses foi superior a 72 mil milhões de euros ( 72,111,200,000), o que correspondeu a cerca de 3.8% do valor total dos depósitos em bancos portugueses naquele ano. Este é o quarto ano consecutivo em que se registou uma diminuição no valor depositado pelos emigrantes.

É possível distinguir três fases na evolução dos depósitos de emigrantes em bancos portugueses. Entre 1980 e 1997, observaram-se crescimentos anuais constantes e acentuados, registando-se nesta fase as maiores taxas de crescimento dos depósitos e o valor anual mais elevado da série em análise ( 171,744,100,000 em 1997). Entre 1981 e 1985, o ritmo a que a taxa de variação anual dos depósitos dos emigrantes cresce é superior à do valor total dos depósitos, o que indica um aumento mais acentuado dos depósitos dos



**Gráfico 2.9** Evolução dos depósitos de emigrantes portugueses, 1980-2020

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal.

emigrantes em bancos portugueses neste período. De 1998 a 2007, regista-se uma tendência decrescente no valor dos depósitos, que se acentua entre 2002 e 2006. De salientar que o decréscimo verificado no depósito dos emigrantes não é acompanhado pelo total de depósitos, que aumenta, embora a um ritmo mais baixo (com exceção de 2003, em que decresce 1%). Por último, entre 2008 e 2020, entra-se num patamar ligeiramente ondulado, marcado por períodos de crescimentos e decréscimos pouco acentuados, a cada três anos. Esta flutuação no depósito dos emigrantes, mais uma vez, não é acompanhada pelos depósitos totais, que apenas registam uma variação negativa em 2017 (-0,6%).

Quando medidos em percentagem do total de depósitos em bancos portugueses, o peso dos depósitos dos emigrantes portugueses tem vindo a diminuir progressivamente desde 1985. Contudo, parece existir uma desaceleração do decréscimo desde 2012, com os depósitos dos emigrantes a oscilar entre os 5,3% e os 3,8%. De destacar que, em 2020, com os depósitos dos emigrantes portugueses em bancos portugueses a alcançarem os 3,8%, se atinge o valor mais baixo de toda a série, encontrando-se muito longe dos valores observados no início dos anos 90 (cerca 27%), e a uma distância ainda maior do pico: mais de 33% do PIB em 1985.

#### *Taxa de depósitos de emigrantes*

O indicador “taxa de depósitos de emigrantes” difere do indicador “depósitos de emigrantes em bancos portugueses” por alguns motivos, mas é de

salientar que o que está a ser contabilizado nesta taxa é o peso do valor dos depósitos dos emigrantes em relação ao valor total dos depósitos realizados em Portugal. Ainda de salvaguardar que o Instituto Nacional de Estatística (responsável por este indicador), ao contrário do Banco de Portugal (responsável pelo indicador “depósitos de emigrantes em bancos portugueses”), contabiliza, além dos depósitos realizados nos bancos portugueses, também os realizados em caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

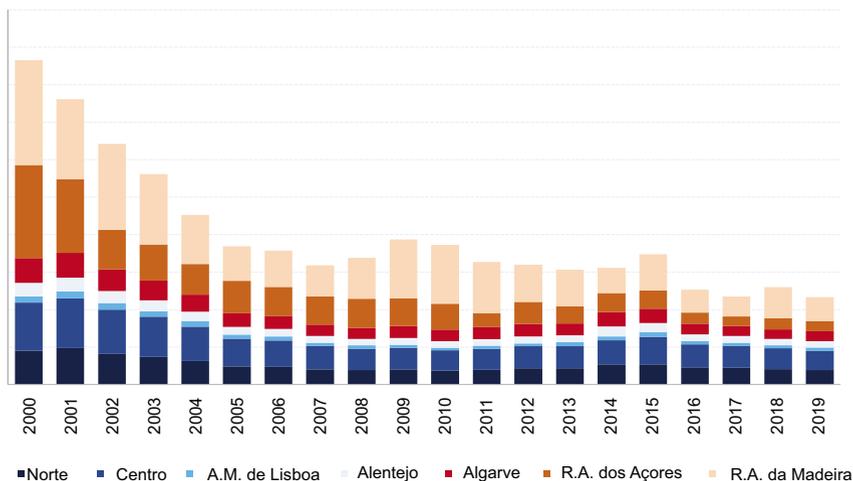
Em relação ao valor para Portugal, verifica-se um decréscimo da taxa de depósitos de emigrantes entre 2000 e 2019, havendo apenas dois anos em que se registam aumentos: 2009 e 2015. O valor mais alto registado corresponde ao inicial da série (8.74% em 2000), enquanto o valor mais baixo corresponde ao último ano disponível (2.67% em 2019), sendo que a variação entre estes dois anos é de -69%.

Fazendo uma análise por NUTS II, verifica-se que os depósitos dos emigrantes têm maior relevância em determinadas regiões do País. A Região Autónoma da Madeira é, ao longo de toda a série, a região em que os depósitos dos emigrantes têm um peso superior, embora este peso tenha também vindo a diminuir, passando de 27.97% em 2000 para 6.38% em 2019. A Região Autónoma dos Açores é, até 2010, a segunda região em que taxa de depósitos tinha maior relevância. A partir de 2011 a região Centro e a região Norte passam a ocupar a segunda e terceira posição, relegando os Açores para o quarto lugar.

No espectro oposto e durante o período analisado, a Área Metropolitana de Lisboa é aquela em que os depósitos dos emigrantes têm um menor peso no total de depósitos, constatando-se que o seu peso também tem vindo a baixar, passando de 1.68%, em 2000, para 0.94%, em 2019. Seguem-se o Alentejo e o Algarve como regiões em que o peso dos depósitos dos emigrantes é muito baixo em relação ao total dos depósitos realizados.

Afunilando a análise ao nível do município, verifica-se que ao longo de toda a série (2000 a 2019) a maioria dos municípios com as taxas mais baixas de depósitos de emigrantes se situam no Alentejo. Monforte, Sousel, Alandroal, Arronches, Marvão, Redondo e Fronteira são os municípios em que, ao longo deste período apresentam valores mais reduzidos, sendo o valor mais baixo da série em análise de 0.03%, registada em Marvão, em 2008, e em Arronches, de 2009 a 2011. Como seria expectável, nos municípios com menores taxas encontram-se ainda alguns da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve. Há, no entanto, duas exceções fora destas regiões: o município do Corvo, em 2003 (0.64%), e o do Porto, em 2013 (0.66%).

Em sentido contrário, é também ao nível municipal que se observa a importância que tem a Região Autónoma dos Açores, até 2010, com Vila do Porto a ser, até 2005, o município em todo o País com maior taxa de depósito de emigrantes: 73.28% em 2000, 74.55% em 2001, 73.85% em 2002, 73.65% em 2003, 72.90% em 2004 e 72.26% em 2005. Em toda a série, nenhum outro município tem uma taxa que ultrapasse 50% dos depósitos totais. Mesmo com o



**Gráfico 2.10** Evolução da taxa de depósitos de emigrantes em bancos portugueses, por NUTS II, 2000-2019

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Instituto Nacional de Estatística.

abrandamento dos depósitos em Vila do Porto a partir de 2006, Ponta Delgada e Povoação ajudam os Açores a manterem-se como a segunda região mais importante até 2010.

Ao contrário do que acontece com os Açores, no caso da Madeira não há um município que se destaque na contribuição para tornar a região naquela que tem o maior peso da taxa de depósito dos emigrantes do País. Dos seus 11 municípios, apenas em dois os depósitos não têm, nunca, um peso superior a 15% do total.

Já a região Norte de Portugal é a aquela que, ao longo da série em análise, regista um maior número de municípios em que a taxa de depósito de emigrantes é elevada, dos quais se destacam: Melgaço (valor mais elevado nos anos 2006 a 2010, 2014 e 2016 a 2019), Arcos de Valdevez, Sernancelhe, Ribeira de Pena e Boticas. Por fim, na zona Centro destacam-se os municípios de Vila Nova de Paiva (valores mais elevados em 2011 e 2015), Sabugal e Celorico da Beira.

Geograficamente, denota-se uma maior relevância da taxa de depósitos de emigrantes na Regiões Autónomas da Madeira e em diversos municípios dos Açores, do Centro e do Norte em relação ao resto do País.

## Referências bibliográficas

- Brubaker, Rogers (2005) "The 'Diaspora' Diaspora", *Ethnic and Racial Studies*, 28 (1), pp. 1-19.
- Cohen, Robin (1997), *Global Diasporas: An Introduction*, London, UCL Press.
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Espírito-Santo, Inês Vidigal e Ana Cristina Ribeiro (2015), *Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2015*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI:10.15847/CIESOEMRE022015
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Vidigal e Carlota Moura Veiga (2020), "A emigração portuguesa no século XXI", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 94, pp. 9-38. DOI: 10.7458/SPP20209419573
- Pires, Rui Pena, Joana Azevedo, Inês Vidigal e Carlota Moura Veiga (2020), *Emigração Portuguesa 2020: Relatório Estatístico*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMRE072020
- Van Hear, Nicholas (1998), *New Diasporas: The Mass Exodus, Dispersal and Regrouping of Migrant Communities*, Londres, UCL Press.
- Vidigal, Inês (2021), "Remessas 2020", *OEm Fact Sheets*, 12, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMFS122021
- Vidigal, Inês (2021), "Migration and mobility after the pandemic: interview with Alan Gamlen", *OEm Conversations With*, 22, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMCW222021